

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO – SINAES

FACULDADE CENEQUISTA DE OSÓRIO – FACOS

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Elaborado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA

Osório/RS, março de 2011.

Reorganizado em 2013.

Atualizado em 2015, atendendo à Nota Técnica nº 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

MEMBRO	SEGMENTO
Alessandro Bartz	Tutor/Presidente da CPA
Anair Teresinha Fiorenzano de Lima	Técnico-Administrativo
Lucas Inocente Teixeira	Técnico-Administrativo
Karina Gomes da Conceição	Técnico-Administrativo
Cristiano Goergen Portner	Docente
Fernanda Mallmann Pacheco	Docente
Igor Velho de Souza	Docente
Gisele Scheffer	Tutor
Paula Fogaça Marques	Tutor
Gabriella Airoidi	Discente
Rosinha Mota	Discente
Tatiana Brum Chollet	Sociedade Civil
Sonia Maria Milanezi	Sociedade Civil

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	4
1.1 Contextualização da Mantenedora	5
1.2 Contextualização da Mantida.....	8
2 Justificativa	13
3 Objetivos e Atribuições da CPA	14
4 Metodologia.....	15
5 Cronograma	21
6. Formas de utilização dos resultados	22
7. Formulários dos instrumentos	23
8 Referências Bibliográficas.....	26

1. Apresentação

Neste projeto, apresenta-se o processo de organização do Programa de Avaliação da Faculdade Cenequista de Osório - FACOS, que se institucionalizou a partir do ano de 2004, após a publicação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)** é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

A Lei nº 10.861 de 14.04.2004, em seu artigo 11, instituiu a Comissão Própria de Avaliação, com atribuições que contemplam a condução dos processos de avaliação interna e a sistematização e prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP/ MEC. Na FACOS, a CPA foi constituída pela Resolução nº 002 de 2005, onde o Prof. Dr. Jorge Francisco Bertinetti Lengler, Diretor Interino, instituiu oficialmente a Comissão Própria de Avaliação - CPA, com representações dos diversos segmentos requeridos em Lei.

Em 2010, a FACOS solicitou credenciamento para educação à distância, com isso a CPA sentiu a necessidade de modificar seu olhar de avaliação ampliando o Projeto de Avaliação para acolher a Educação à Distância. O mesmo ocorre em 2013 e 2015, quando do protocolo e credenciamento para implantação do Centro Universitário UNICNEC.

Apresenta-se, também, um breve histórico da Instituição e de sua Mantenedora para fins de contextualização.

1.1 Contextualização da Mantenedora

Nome da Mantenedora

Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC

Base Legal da Mantenedora

A CNEC é pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural e de promoção humana, com inscrição no CNPJ sob nº 33.621.384/0001-19, bem como, reconhecida como de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 36.505/54 e registrada junto ao Conselho Nacional de Assistência Social desde 1.951, como Entidade Beneficente de Assistência Social.

A mantenedora localiza-se na Avenida Dom Pedro I, nº 426, centro, João Pessoa - PB, e possui estatuto social registrado no Cartório Toscano de Brito - Serviço Notarial e Registral – Registro Civil de Pessoas Jurídicas, cuja última alteração está registrada sob o nº. 578.107, no livro A- 387, João Pessoa – PB, em 30 de maio de 2011.

Histórico da Mantenedora

Fundada em 1943, na cidade de Recife/PE, como Campanha do Ginasiano Pobre, a CNEC nasceu do ideal de um grupo de estudantes universitários que, liderados pelo Professor Felipe Tiago Gomes, resolveu contrariar a situação instalada - a escola como privilégio de poucos - oferecendo ensino gratuito a jovens carentes. O trabalho voluntário de seus idealizadores se propagou pelo Brasil, comemorando adesões e compromissos que fizeram da Campanha do Ginasiano Pobre - que inicialmente abrigava pedidos de ajuda e orientações para a criação de unidades escolares - a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - reconhecida como o mais expressivo movimento de educação comunitária existente na América Latina.

A concepção de educação comunitária, já naquela época, atendia não só aos anseios dos excluídos, mas de toda a comunidade, pois o Projeto Cenequista fundou seus alicerces no fazer educação com qualidade, desde que não bastava proporcionar o acesso ao conhecimento - a motivação era, sobretudo, promover a transformação.

Destaque-se, no arrojado projeto desse ideal, a escolha de um modelo de gestão com bases na democracia, o que garantiu a livre manifestação das aspirações envolvidas pela via da participação efetiva da comunidade em todas as instâncias de direção, desde o Conselho Comunitário, passando pelas Diretorias Estaduais até a Diretoria Nacional. O modelo de gestão se fortaleceu ao longo desses 70 anos de plena e profícua atividade e se revela em perfeita harmonia ao fundir o idealismo do jovem Felipe Tiago Gomes - o visionário - ao profissionalismo de seus atuais gestores. Hoje a CNEC, baseada na reformulação do Estatuto Social, ocorrido em 2011, busca implantar o modelo de gestão pautado na governança corporativa.

Ao longo de sua trajetória - que traduz a evolução do Terceiro Setor no Brasil - priorizou a Educação Básica e Profissionalizante como principais produtos, haja vista a premente demanda pela prestação desses serviços, em especial no interior do País. Chegou a manter mais de 2000 unidades, estabelecendo-se principalmente junto àquelas comunidades em que o Estado não apresentava condições de suprir as carências apresentadas.

Assim, ao tempo em que o Estado iniciou processo de retomada de suas obrigações no que pertence à educação, notadamente com a criação do FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, a CNEC iniciou processo gradativo de redução de suas unidades, optando por continuar suas atividades onde a prestação de serviços educacionais e assistenciais - voltada para a formação integral de pessoas - vai ao encontro das necessidades e interesses das comunidades beneficiadas.

Na Educação Superior, em movimento contrário e refletindo de maneira singular a demanda nacional, a linha de expansão da CNEC é especialmente verificada entre os anos de 1998 a 2004, com a criação de 14 instituições, chegando a um total de 23 Instituições

Cenequistas de Ensino Superior - ICES. Atualmente a CNEC conta com 21 instituições ativas na educação superior.

Em seu histórico apresenta, ainda, significativas contribuições para a redução das diferenças sociais, representadas pela promoção de projetos de assistência social que visam, principalmente, à melhoria das condições de vida de crianças, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade pessoal e ou risco de exclusão social. Nesse contexto, são mantidos projetos que promovem a inclusão social pelo processo educacional, reforçando-se, principalmente, os que visam à capacitação profissional de portadores de necessidades especiais para ingresso no mercado de trabalho e ou geração de renda.

No atendimento a crianças, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade pessoal e ou risco social, são mantidos, prioritariamente, projetos que oferecem atendimento aos grupos familiares, de forma que o processo de inclusão seja garantido com:

- a) A alfabetização e ou elevação do grau de escolaridade para jovens, adultos e idosos;

- b) A capacitação profissional de jovens e adultos, pelo fomento de cursos profissionalizantes de nível básico, que possibilitem o acesso ao mercado de trabalho e a geração e ou melhoria da renda dos grupos familiares;

- c) A promoção de eventos educativos, culturais e esportivos, com vistas a facilitar o processo de integração das famílias assistidas às respectivas comunidades.

Hoje, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, como passou a chamar-se, possui unidades de ensino em todas as regiões do Brasil.

A identidade organizacional da CNEC e a sua missão preconizam a dedicação total à Educação e serviços afins, promovendo a formação integral das pessoas por meio de uma educação de qualidade com compromisso social. A instituição reafirma suas crenças e valores, embasados nos princípios éticos, valorização do ser humano, competência,

compromisso, honestidade, reflexos da oferta de serviços e produtos educacionais de excelência.

Rompendo as barreiras naturais de estruturas quase seculares de administrações empíricas, em que a boa vontade, o forte desejo de difundir a educação esbarrava na falta de recursos físicos e humanos adequados, a CNEC de hoje alia-se aos mais modernos princípios de gestão, ferramentas indispensáveis num mundo de mudanças vertiginosas. A modernidade de sua estrutura está refletida claramente nos grandes investimentos na seleção, contratação e capacitação de pessoal de alto nível gerencial e novas tecnologias de ensino, igualando-se às maiores instituições do setor no país.

A CNEC de hoje marca presença no cenário da educação nacional. Podemos afirmar que sua mística e filosofia de bem servir estão preservadas, sobretudo, nas mentes e corações dos milhões de alunos, professores, diretores, colaboradores e benfeitores, que adentraram as portas da instituição nesses 70 anos, sempre abertas aos que buscam o ideal da plena cidadania, exercida pela educação, que forma para a liberdade, para o cultivo do respeito ao outro e preservação da individualidade.

1.2 Contextualização da Mantida

Nome da IES

Faculdade Cenecista de Osório

Base Legal da IES

A Faculdade Cenecista de Osório foi credenciada, junto ao Ministério da Educação (MEC), pelo Decreto nº 85.867, de 1º de abril de 1981, cuja publicação no Diário Oficial da União (DOU) aconteceu em 03/04/1981. O recredenciamento institucional foi efetivado pela Portaria nº 67, de 30 de janeiro de 2014-DOU de 31/01/2014, p. 23. Através da Portaria nº 323 de 15 de abril de 2013 – DOU 17/04/2013, p 15/16 Seção 1, a FACOS

recebeu o credenciamento para ofertar cursos na modalidade à distância. A Faculdade Cenequista de Osório - FACOS está localizada à rua 24 de maio, nº 141, no bairro centro, pertencente ao município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Perfil Institucional

A Faculdade Cenequista de Osório foi criada pelo Decreto número 85.867, de 10 de abril de 1981, publicado em 3 de abril de 1981, juntamente a autorização de funcionamento dos cursos de Letras e Estudos Sociais. Em 26 de junho de 1992, pela Portaria nº 986, o Curso de Estudos Sociais, foi convertido em dois cursos independentes, o Curso de Licenciatura em História e o Curso de Licenciatura em Geografia. Em 1994 foram criados os cursos de Administração, Portaria s/n publicada no D.O.U. de 04/08/94 e Matemática, decreto s/n de 22/07/1994.

No ano de 1999 foi criado o curso de Licenciatura em Pedagogia, autorizado pela Portaria nº 802 de 18/05/99. No ano de 2000 foi autorizado o curso de Licenciatura em Educação Física, Portaria 907 de 29/06/2000 - e a instituição passou a atuar na área da saúde. Em 2002 a Licenciatura em Computação, Portaria nº 2336 de 16/08/2002. Em 2007 foi autorizado o Bacharelado em Direito, Portaria nº 586 de 27/06/2007. Em 2008 foi o Curso de Ciências Biológicas, Portaria nº 1069 de 16/12/2008. Em 2009 Ciências Contábeis, Portaria 1619 de 13/11/2009, e, em 2010, o Curso de Psicologia, Portaria nº 1806 de 27/10/2010. Em 2012 foram aprovados os Bacharelados em Educação Física, Portaria nº 34 de 19/04/2012, e Enfermagem, Portaria nº 35 de 19/04/2012. Finalmente, foram autorizados em 2013 mais três cursos: Biomedicina, Portaria no. 538 de 23/10/2013; Fisioterapia, Portaria no. 538 de 23/10/2013, Gestão Comercial, Portaria no. 540 de 23/10/2013 e mais recentemente, a Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, Portaria n. 333 de 05/05/2015.

Em 2010, a instituição iniciou o processo de credenciamento para oferta da modalidade EAD, e a solicitação da autorização dos cursos de Bacharelado em Teologia (Portaria nº 169, de 17/04/2010-DOU de 18/04/2013), Licenciatura em Pedagogia (Portaria

nº 168, 17/04/2013-DOU de 18/04/2013) e de Tecnologia em Recursos Humanos (Portaria nº 166, de 17/04/2013- DOU 18/04/2013) e Processos Gerenciais (Portaria nº 167, de 17/04/2013- DOU 18/04/2013). O credenciamento foi obtido em abril de 2013 pela Portaria nº 323 de 17/04/2013, com 35 Polos Presenciais, localizados em diversos estados da federação. Em paralelo a criação de novos cursos, a IES deslançou a execução da expansão física de suas instalações tendo realizada a alteração da sua estrutura organizacional para a implementação dessa nova modalidade de oferta. Foi adquirida uma área para abrigar um novo campus. Após três décadas, a Instituição se consolida e torna-se instituição de referência na região em que se insere. Atualmente, constitui como centro de fomento de projetos e serviços, promovendo a capacitação, o aperfeiçoamento e o aprimoramento de profissionais das mais diversas áreas. Em parceria e/ou convênio com instituições públicas e privadas, oportuniza cursos de pós-graduação, cursos de extensão, ciclos de palestras, seminários, congressos, fóruns, simpósios, além de ceder suas dependências para realização de eventos de interesse da coletividade, fortalecendo sua relação com a comunidade externa. Investe-se em atividades variadas que valorizam a cultura em suas mais diversas manifestações, configurando-se como um espaço de saberes, de discussão e construção de conhecimento.

As ações se concretizam através das atividades de ensino, de investigação na forma de iniciação científica e de extensão que, em diálogo permanente e significativo com a comunidade, sejam capazes de construir conhecimento e intervir no meio social. A qualidade do ensino ofertado é comprovada pela atuação dos egressos em ações profissionais e inserções em suas comunidades, bem como pelo desempenho da instituição nas avaliações internas e externas. Diante da carência de docentes em nosso país, planeja-se ampliar a oferta de cursos na modalidade EAD, buscando atender as necessidades de diferentes regiões do país. Aqui nesta IES, fundamenta-se a formação na perspectiva de uma educação inovadora, tendo como princípios a ética, o diálogo com as diferenças culturais e a produção de conhecimento com excelência e responsabilidade social.

Em 1º de abril de 2013, a Faculdade Cenecista de Osório entra com a solicitação de Credenciamento de Centro Universitário, através do processo E-Mec nº 201304622. Em

abril de 2015 recebeu a visita *in loco* para o credenciamento tendo obtido a nota 4. Aguarda o término do processo para transformar-se na UNICNEC Osório.

Missão

“Promover a formação integral das pessoas com compromisso social”.

Visão

Ser reconhecida, até 2019, como Instituição de referência e inovadora em soluções educacionais.

Valores

A instituição pauta-se nos seguintes valores que orientam a vida da organização:

- Ética
- Excelência
- Valorização do Ser Humano
- Compromisso Social e Ambiental

Objetivos

A Faculdade Cenecista de Osório, como instituição educacional, tem por objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, regionais e da comunidade em que se insere;
- Prestar serviços especializados que atendam às demandas e aos interesses da comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Prestar assistência ou consultoria técnica, em sua área de atuação, a entidades públicas e privadas, por meio de convênios, contratos ou outros instrumentos de natureza obrigacional;
- Manter intercâmbio de informações, de pessoal docente e discente e de experiências, com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
- Organizar centro de informações técnicas para suporte das atividades de ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão, bem como para prestação de serviços à comunidade.

2 Justificativa

A história da *avaliação institucional* nas universidades brasileiras, mesmo que recente¹ e, em sua criação, influenciada por modelos de procedimentos político-educativos existentes na Europa e nos Estados Unidos, atualmente já apresenta traços de nossa cultura e destaca-se por seu processo de evolução permanente. Essa dinâmica resulta de vontades político-educativas tanto em nível nacional, quanto internas de cada instituição, tentando encontrar soluções para os problemas, a curto e médio prazo, e programar ações que venham a se caracterizar como qualidade nas IES do Brasil e, assim, projetá-las no panorama mundial.

Atendendo à diversidade cultural do nosso país, compreende-se a necessidade das IES constituírem Comissões Próprias de Avaliação – CPA, as quais, num processo permanente de discussão sobre o funcionamento da instituição, se empenharão na busca de soluções à melhoria dos índices de qualidade.

O funcionamento da CPA, na FACOS, cumprindo os dispositivos legais, implica a participação, de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada para planejamento, coordenação e sistematização de ações que forem analisadas como necessárias a partir da *participação da comunidade acadêmica e não-acadêmica em resposta aos instrumentos avaliativos*, institucionalizados.

A implantação da avaliação institucional, a nível nacional é parte importante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que contém três modalidades básicas de instrumentos de avaliação que são aplicados em diferentes momentos:

a) a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), que é concebida como o centro de referência e articulação do sistema de avaliação, e se desenvolve em duas

¹ No Brasil, em julho de 1993, a partir de iniciativa da comunidade universitária, o Ministério da Educação (MEC) criou a Comissão Nacional de Avaliação e o seu Comitê Assessor, ambos constituídos por representantes da comunidade científica, que elaboraram e passaram a implementar o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. Em 1994, concluído o Documento Básico do PAIUB, ocorreu a integração das universidades que receberam auxílio para a execução de seus projetos de avaliação institucional.

etapas principais: a autoavaliação, coordenada pela CPA e a avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, estabelecidas pela CONAES;

b) a Avaliação dos Cursos de Graduação, que avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas de comissões externas;

c) a Avaliação do Desempenho dos Estudantes, realizada por meio do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que será aplicado aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso.

A exposição desse processo enfatiza o desenvolvimento das etapas de preparação do desenvolvimento propriamente dito e a consolidação do projeto de avaliação.

O plano de ações e os instrumentos de avaliação são avaliados anualmente pela Comissão. A sistematização das informações e a discussão dos resultados, bem como a divulgação desses e o encaminhamento de soluções aos problemas levantados e melhorias na qualidade do cumprimento da missão da Instituição, que também formam parte das atribuições dos representantes dos segmentos que constituem a CPA, estão previstas no plano e são documentadas em relatórios anuais.

A referida comissão assume o compromisso de tornar público todo este processo do que, quando e como a Instituição investiu em educação. Inclui-se, pois, a CPA na estrutura organizacional da instituição, com Regimento Próprio.

3 Objetivos e Atribuições da CPA

A CPA/FACOS institui como objetivo *atuar num processo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento, na contribuição ao planejamento da gestão universitária*. Para alcançá-lo, assume as atribuições de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação como previsto no PDI, disponibilizar informações, realizar a autoavaliação e organizar o plano geral de trabalho em caráter anual, priorizando as ações de curto e longo prazo, que seguirão assim especificadas:

-
- a) deliberar sobre o encaminhamento e/ou consultas propostas pelo INEP/MEC ou outros órgãos públicos e privados;
 - b) sensibilizar a comunidade acadêmica e não acadêmica para relevância da avaliação institucional e sua interação com a missão institucional;
 - c) sensibilizar a comunidade acadêmica à participação no Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE, facilitando as informações pertinentes ao evento;
 - d) avaliar para subsidiar o planejamento das ações contínuas, visando a adequação das atividades da Instituição aos pressupostos Cenecistas e à demanda da comunidade regional;
 - e) considerar a relevância científica e social das atividades e serviços prestados na instituição;
 - f) construir os diferentes instrumentos de avaliação, contemplando os eixos a serem avaliados;
 - g) fixar políticas de avaliação que orientarão as atividades do Programa de Avaliação Institucional Interna;
 - h) divulgar informações relevantes à comunidade acadêmica e não acadêmica e à sociedade civil organizada sobre a qualidade de desempenho da FACOS na sua missão;
 - i) solicitar ao Diretor da IES o custeio das despesas necessárias ao regular funcionamento da CPA.

4 Metodologia

A preocupação com as especificidades características dos segmentos da Instituição ressalta a necessidade em atender a multiplicidade de interesses que permeiam cada espaço institucional, através de uma metodologia pautada nos princípios da participação dos diferentes segmentos que compõem a CPA, da visibilidade de todas as suas atividades. Implica, também, ter assegurada a ampla divulgação de todos os procedimentos expressos em atividades de construção onde se faça incorporação gradual de todas as

dimensões avaliativas, contempladas no gerenciamento das informações disponibilizadas em diferentes instrumentos aplicados ou informações recebidas pelos órgãos.

O Programa de Autoavaliação Institucional da FACOS tem como referência geral a metodologia proposta pelo SINAES/CONAES. De acordo com a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação institucional deverá contemplar as seguintes dimensões, respeitando-se obviamente, as especificidades de cada uma das IES:

A **Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional** - PDI, que identifica o projeto e ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional ou nacional;

A **política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão** e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades, a qual explicita as formas de procedimento quanto à formação acadêmico-científica, profissional e cidadã, de construção e disseminação do conhecimento, de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão;

A **responsabilidade social da instituição**, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, que contempla o compromisso social da instituição enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independente da configuração jurídica da IES;

A **comunicação com a sociedade**, que procura identificar as formas efetivas de aproximação entre a IES e a sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como fique explicitado o compromisso da IES com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém;

As **políticas de pessoal**, carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, que explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associado-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com as condições objetivas de trabalho;

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios, que procura avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional;

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional, que procura perceber como o processo de avaliação está interligado ao processo de desenvolvimento institucional;

Políticas de atendimento aos estudantes, que procura analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade da vida estudantil;

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta e procura da educação superior que avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica, com vistas à eficácia na utilização e na obtenção de recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

A partir da **Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC** – Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior (SINAES) foi organizado um instrumento matricial com cinco eixos, contemplando nestes, as dez dimensões referenciadas no marco legal do SINAES (Artigo 3º da Lei nº 10.861). O agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação. Os eixos ficam assim dispostos:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Autoavaliação). Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla a dimensão 1 do SINAES (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e a dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição).

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange a dimensão 2 do SINAES (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), a 4 (Comunicação com a Sociedade) e a dimensão 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes).

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende a dimensão 5 do SINAES (Políticas de Pessoal), a 6 (Organização e Gestão da Instituição) e a dimensão 10 (Sustentabilidade Financeira).

Eixo 5 – Infraestrutura: corresponde à dimensão 7 do SINAES (Infraestrutura Física).

Para a adequada implementação e os bons resultados do processo de autoavaliação ficam estabelecidas as seguintes condições, consideradas fundamentais:

a) Comissão Permanente de Avaliação – CPA com autonomia e condições para coordenar o planejamento e a execução das atividades, mantendo o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade, assessorando os segmentos quanto à divulgação, análise e discussão dos resultados e quanto à tomada de decisões sobre as providências saneadas;

b) compromisso da Direção de utilização dos resultados como instrumento de gestão e o provimento das condições físicas, materiais e de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades de avaliação.

c) participação de todos os integrantes da instituição, com o envolvimento dos diferentes segmentos, imprescindível na construção e legitimação do conhecimento gerado a partir da avaliação.

No que diz respeito à modalidade de educação à distância, a CPA cumpre sua missão por meio de abordagens avaliativas valendo-se de análises documentais e aplicação de instrumentos de avaliação institucional à distância. A avaliação é ofertada através do ambiente de aprendizagem Moodle, site institucional, portais de serviços e redes sociais.

Suas ações de diálogo com a EAD, apropriação das suas iniciativas e avaliação dos caminhos verificados, são regularmente registradas em atas, relatórios e demais documentos, produzidos a partir da análise das informações produzidas pelas ações referidas e nas dimensões apontadas. Os resultados destas avaliações são regularmente encaminhados à Direção da IES, com contornos informativos dos dados compilados e propositivo do reforço dos aspectos fortes e melhorias dos aspectos frágeis assim entendidos pela Comissão, como forma de otimização do processo educativo e administrativo avaliado.

Para que sejam contempladas as dimensões da autoavaliação institucional descritas anteriormente, são propostos diversos instrumentos de coleta de dados, que envolvem como público-alvo as comunidades interna e externa. Utilização de meios como, site, e-mail, redes sociais, mural, etc., para realizar e publicizar as avaliações realizadas.

As informações coletadas são compiladas em gráficos, quando oportunos, para

uma visão mais panorâmica da realidade; cada resultado individual é considerado significativo para poder analisar a situação e repensar transformações para melhoria, quando necessário. Em alguns instrumentos, os informantes acrescentam opiniões e sugestões que são encaminhadas aos devidos setores/cursos avaliados.

Constituem-se em objetos de análise relatórios solicitados junto às coordenações de cursos de graduação, coordenações de setores e direção da IES, com informações sobre planejamento – ações planejadas e efetivadas, política de gestão, políticas internas nas suas diversas áreas de atuação e demais informações relevantes no âmbito das dimensões da avaliação institucional.

É necessário ressaltar que os dados quantitativos não tem valor para a avaliação sem a análise de causa e efeito. Esses dados necessitam de um “olhar” crítico e qualitativo para reconhecer diferenças, valorizar especificidades, analisar e explicar situações. Buscar sentido acadêmico e pedagógico para os números é dar significado a avaliação. Esses dados serão trabalhados com transparência e disponibilizados a toda comunidade acadêmica para debates, discussões e sugestões.

Uma das ações de fundamental importância no processo de autoavaliação institucional é a análise, discussão e posterior elaboração de pareceres sobre os documentos institucionais. Tal procedimento se dá com referência ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, ao Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, aos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC’s, o Planejamento Estratégico e outros documentos norteadores das políticas de gestão.

Considerando que o SINAES prevê a articulação entre a avaliação da IES (interna e externa), a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação dos estudantes (ENADE), a CPA utiliza como fonte de dados os relatórios enviados pelo INEP, com dados referentes à avaliação externa da IES, à avaliação dos cursos de graduação e aos resultados no ENADE. Os dados presentes nos relatórios de avaliação externa são comparados aos dados de instrumentos de avaliação propostos pela CPA, para contextualização e posterior encaminhamento de sugestões de ações para implementação de melhorias em relação às fragilidades apontadas.

5 Cronograma

A CPA/FACOS documenta o processo avaliativo interno por dimensões, organizadas em ciclos de avaliações trienais, segundo orientações instituídas no SINAES. Após dimensionadas ações em efetivo e dados informativos disponíveis, planejou-se a continuidade de algumas dessas ações, bem como se instituíram outras consideradas importantes à eficácia do processo avaliativo. Nesse processo, estabeleceram-se os indicadores de efetivação, apontando descritores e fontes à coleta contínua de informações; (re) organizaram-se instrumentos avaliativos, para que se possa, com maior objetividade, proceder a uma análise descritiva de cada ação e uma análise comparativa entre as diversas ações, tecendo a correlação dessas em um panorama geral que possa transparecer a qualidade de funcionamento da instituição. De acordo com os indicadores se procederá ao encaminhamento dos resultados e, quando necessário, em relação a problemas levantados, ao encaminhamento de soluções e posteriormente de seus resultados. Todo processo será registrado em relatórios parciais por avaliação e anual, e ao final do ciclo de avaliação, a ser enviado ao INEP/MEC, bem como disponibilizados em mural próprio interno e na página www.facos.edu.br.

Referenda-se que a variabilidade de caminhos avaliativos em educação e seus resultados deve-se a múltiplos fatores relacionados a investimentos e aos processos de formação, que constituirão a qualidade da Missão da Instituição. Respeitar as diferenças individuais, contemplar a diversidade cultural e a necessidade de novos perfis profissionais, não significa encontrar um produto único.

A busca de qualidade na e da universidade caracteriza-se por um processo gerador de variabilidade de investimentos em pessoas e na gestão de processos de formação, em uma concepção de qualidade. Constitui-se num processo avaliativo não-linear justamente pelas especificidades de cada curso de graduação e pós-graduação e da cultura da região. Ao objetivar qualidade, quer-se contribuir com a construção da autonomia de cada cidadão para se tornar capaz de interagir na universidade e nos demais espaços sociais, uma exigência do presente século.

Nesta etapa de ação da CPA, pretende-se documentar o processo avaliativo interno já existente, com proposta de ações, coleta de dados disponíveis, indicadores de efetivação e serão registradas as diferentes etapas de análise das diversas ações dimensionadas, a serem desenvolvidas e encaminhadas em posteriores relatórios parciais e final ao INEP/MEC e disponibilizados para a comunidade interna e externa. No item 7 estão assinalados os instrumentos e prazos de aplicação tendo em vista a avaliação trienal 2015-2018.

6. Formas de utilização dos resultados

Os dados coletados, expressos quantitativa e qualitativamente, são encaminhados à Direção e aos Coordenadores de Cursos e de Setores, cabendo a estes tomarem as providências necessárias de gestão para que sejam efetivadas melhorias em relação às fragilidades apontadas.

Através da análise dos relatórios de cada instrumento proposto e comparação com relatórios anteriores, são promovidas discussões em relação às melhorias implantadas e possíveis sugestões em relação a fragilidades ainda observadas. A partir de 2015 a IES conta com uma Comissão de Acompanhamento do PDI e Relatório da CPA. Esta comissão tem entre outras funções, a missão de acompanhar a solução das fragilidades apontadas nos relatórios parciais e integral da CPA. Dessa forma, o relatório consegue atingir sua missão avaliativa como forma de subsidiar a gestão acadêmica e condução dos processos internos.

7. Formulários dos instrumentos

Eixos avaliativos	Instrumentos	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional VIII - Planejamento e Avaliação	Planejamento e Avaliação	X					X	Compilação final
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional. III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à	Análise documental Responsabilidade Social	X		X		X		
					X			

<p>inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</p>								
<p>Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: II - Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão IV - Comunicação com a Sociedade IX - Políticas de Atendimento aos Discentes.</p>	<p>Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão</p> <p>Avaliação de Cursos</p> <p>Perfil do Ingressante</p> <p>Perfil do Aluno</p> <p>Perfil do Egresso</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	

	Comunicação com a Sociedade				X			
	Política de Atendimento ao Estudante				X			
	Avaliação Docente		X		X		X	
Eixo 4 – Políticas de Gestão:	Política de Pessoal - Corpo Docente		X		X		X	
V - Políticas de Pessoal	Política de Pessoal - Corpo Técnico-Administrativo		X		X		X	
VI - Organização e Gestão da Instituição	Organização e Gestão da IES			X				
X - Sustentabilidade Financeira	Sustentabilidade Financeira		X		X		X	
Eixo 5 – Infraestrutura:	Infraestrutura		x		x		x	
VII - Infraestrutura Física.								

8 Referências Bibliográficas

BRASIL, MEC. Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior, 2004.

LEI nº 10861, de 14 de abril de 2004.

NOTA TÉCNICA nº 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC

PORTARIA nº 2051 de 09 de julho de 2004.

TEIXEIRA, L.H.G. Cultura Organizacional da Escola, mudança e formação de professores do ensino. In: SILVA, R.C. **Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas**. Piracicaba: UNIMEP, 1999.